

...Continuação

2.10 Impostos e contribuições

Incluem as provisões para o Programa de Integração Social (PIS), o qual é calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, sendo sua provisão constituída à alíquota de 0,65%. No exercício de 2011 a Entidade obteve o direito ao não recolhimento da COFINS, suspenso o recolhimento mensal do referido tributo a partir do mês de maio de 2011.

2.11 Provisões para ações judiciais, passivos contingentes e obrigações legais

Provisões contingentes são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos de natureza cível utiliza-se o método de melhor estimativa, considerando-se as médias de valores pagos, o período de apuração dos pagamentos e o seu objeto processual.

Os demais passivos contingentes classificados como perda possível não são registrados, mas são divulgados em nota explicativa e os assuntos classificados como perda remota não são provisionados, porém são divulgados pela administração quando relevantes. As obrigações legais são provisionadas independentemente da opinião de êxito dos assessores jurídicos.

2.12 Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificadas como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. A Entidade arrenda certos bens como diversos andares e lojas de prédio comercial para sua área administrativa e operacional. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 24 meses a 5 anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os arrendamentos, nos quais a Entidade detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os bens adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a vida útil do ativo

2.13 Benefícios a empregados

As provisões trabalhistas, principalmente relativas às férias, e os respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência.

A Entidade não concede plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem remuneração baseado em ações.

2.14 Apuração do resultado

Receitas e despesas de previdência
As contribuições de previdência são reconhecidas de acordo a emissão do certificado ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e ajustadas por meio da variação das provisões.

As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.

As receitas de assistência financeira a participantes são reconhecidas de acordo com o prazo de vigência do contrato.

As demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado do período em que ocorreram, ou seja, segundo o regime de competência.

2.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Entidade, estão descritas a seguir:

Normas que entrarão em vigor nos exercícios seguintes:

IFRS 9 (CPC 48) – Substitui as orientações existentes no CPC 38 e introduz novas exigências sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo novo modelo de perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.

IFRS 17 (CPC 50) – Substitui a orientação que existe atualmente sobre o reconhecimento das operações de Seguros.

A Entidade pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador. Tendo em vista que IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 17 (CPC 50) não foram aprovadas pela SUSEP, não obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras do exercício corrente.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se no histórico da Entidade e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Passivos de previdência (seguros)

O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de previdência (seguros) da Entidade. Existem diversas fontes que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Entidade liquidará em última instância. A Entidade utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, dos atuários e dos especialistas da Entidade para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(b) Provisões judiciais

A Entidade é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração da Entidade para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica da Entidade em conjunto com profissionais especializados.

(c) Provisão (Impairment) para riscos de crédito sobre assistência financeira

A administração usa estimativas baseadas no histórico de perda em ativos com características de risco de crédito e evidência objetiva de *impairment* similar aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros. A administração examina sua carteira de assistência financeira com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês.

4 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes das atividades da Entidade são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.

4.1 Gestão de risco de seguro

A Entidade atua junto ao mercado com planos de previdência complementar aberta, em especial o pecúlio, os quais são direcionados

para pessoas físicas, jurídicas e empresas públicas, cujo objetivo é atender seu público alvo através do oferecimento destes produtos, bem como por meio de assistência financeira.

A Entidade define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento garantido, passível de pagamento, ocorra. Para um grupo de contratos de previdência (seguro), onde a teoria das probabilidades é aplicada para a precificação e provisionamento, a Entidade entende que o principal risco transferido para a Entidade é o risco de que os pagamentos de benefícios resultantes de eventos ocorridos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de previdência. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos benefícios são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia atuarial de cálculo destes passivos, ou, quando, através de ações judiciais, a Entidade é compelida a pagar indenizações que extrapolam ao valor contratado ou a sua previsão inicial. Dentro do risco de seguro, destaca-se o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica que contraria as expectativas utilizadas como premissas da Entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição, principalmente no que se refere a premissas atuariais e financeiras. O risco de subscrição pode ser identificado nos seguintes itens: risco no processo de subscrição (fase de contratação dos planos, quando se avalia o perfil do proponente), risco na precificação do produto (parâmetros de cálculo), risco de definição dos produtos (modelagem do produto), risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões relacionadas.

Assim, a Entidade tem como objetivo, visando mitigar o risco de subscrição/seguro, investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Entidade são e continuarão sendo (1) manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos da Entidade sejam utilizados de maneira consistente e apropriados; e (2) utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de subscrições, eventos e outras experiências estatísticas para que a Entidade possa selecionar e avaliar riscos de forma técnica e comercialmente precisa. Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Entidade realiza periodicamente revisões nos seus produtos comercializados, com o objetivo de rever os seguintes aspectos: Definições do produto: análise do escopo do produto e das coberturas e garantias oferecidas aos participantes bem como o público alvo das vendas;

Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes; Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado;

Precificação: estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas propostas para os produtos. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa atuariamente definida para o produto;

Provisionamento: as provisões técnicas (passivos contábeis) são constantemente reavaliadas visando refletir a realidade da necessidade de valores reservados para os planos operados pela Entidade. Ainda são constantemente analisados os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Entidade está exposta é minimizado, em função da não aceitação de riscos com valores de benefícios elevados. Desta forma, minimizam-se as possibilidades de desvios na severidade dos eventos observados.

Além disso, a Entidade monitora a qualidade dos negócios, visando avaliar e melhorar o seu desempenho. Os negócios são subscritos pela Entidade após a revisão, dentre outros, das experiências com perdas e dos relatórios de precificação dos Pecúlios (principal produto da Entidade), e após consideração completa do histórico de pagamentos de benefícios.

(a) Quadro de análise de sensibilidade

A Entidade dividiu a análise de sensibilidade segundo os parâmetros utilizados e a estrutura dos planos.

Análise de sensibilidade nos sinistros ocorridos

A tabela abaixo apresenta o impacto no Sinistro ocorridos, por plano de risco, caso haja um aumento de 10 pontos percentuais nos seus valores, em relação aos últimos doze meses da data base do cálculo. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto.

	Impacto no resultado e no patrimônio social	
	2022	2021
Planos	(79)	(269)
Pecúlio	(12)	(1)
Pensão	(91)	(270)
Total	(182)	(540)

Análise de sensibilidade nas provisões de longo prazo

A tabela abaixo apresenta o impacto nas provisões de longo prazo, segundo estrutura dos planos, caso haja uma redução na taxa de juros para 4% a.a. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto

	Impacto no resultado e no patrimônio social	
	2022	2021
Planos	(49)	(61)
Aposentadoria	(911)	(844)
Pensão	(960)	(905)
Total	(1.960)	(1.810)

(b) Concentração de risco

A Entidade elaborou a sua concentração de risco, conforme a distribuição geográfica das contribuições brutas emitidas. A contribuição bruta se refere ao valor emitido mensalmente para o custeio do plano contratado pelo participante. Assim, a composição do risco está distribuída da seguinte maneira:

UF	Contribuição bruta	
	2022	2021
AC	55	65
AL	83	77
AM	205	239
AP	103	102
BA	223	221
CE	240	248
DF	258	266
ES	73	72
GO	101	117
MA	124	132
MG	231	244
MS	173	199
MT	88	92
PA	403	420
PB	168	168
PE	344	364
PI	61	66
PR	159	167
RJ	1.805	1.892
RN	198	205
RO	89	95
RR	117	124
RS	589	633
SC	181	183
SE	66	69
SP	292	301
TO	4	7
	<u>6.433</u>	<u>6.768</u>

4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Entidade; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(a) Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pela Entidade está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele:

Metodologia do Stress Test do Sistema Sophis: O stress determinista utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%.

Para o cálculo do Value At Risk (VAR) e Stress das carteiras da Previdência, as equipes de Risco dedicadas do Itaú Asset e XP Investimentos, estabelecem cenários internos próprios para determinados fatores de risco.

Na aplicação no Fundo RESTEC do Itaú, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,01% com base em consumo limite de 7,34% e Stress PL diário de 0,20% com consumo limite de 19,82%. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento.

Na aplicação para o Fundo XP Reserva Técnica, por ser composto em sua totalidade somente por LFTs e caixa, o VaR calculado para o fundo é zero pois no modelo adotado para cálculo de volatilidade, o EWMA, que dá peso maior às oscilações mais recentes dos fatores de risco, não tem detectado oscilações significativas nos fatores de risco atrelados às taxas de ágio e deságio das LFTs presentes no fundo atualmente, o Stress Test também não contempla choques nas taxas de ágio/deságio em LFTs.

Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Entidade na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado para o cálculo de risco do Fundo.

(b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descasamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento da Entidade.

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa da Entidade é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

(c) Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada ao não cumprimento total ou parcial das obrigações financeiras pactuadas pelo tomador ou contraparte.

A política de assistência financeira da Sabemi Previdência considera o nível de risco de crédito a que está sujeito às peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação online. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira.

A avaliação de risco de crédito aos participantes é realizada de acordo com a política de crédito das liberações de assistência financeira. Esta política está baseada em modelos usados pelo mercado de crédito, e condicionada a um histórico de índices de inadimplência.

4.3 Gestão de solvência

A Entidade executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP.

Os principais objetivos da Entidade em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para manutenção do patrimônio dos associados. Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Entidade manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Adequação de capital e da liquidez do ativo

Conforme Resolução CNSP nº 432/21 segue demonstrado abaixo o cálculo da adequação do capital e da liquidez do ativo, apurado em 31 de dezembro de 2022:

	2022	2021
Patrimônio social	25.870	25.855
(-) Despesas antecipadas	(42)	-
(-) Ajustes contábeis	(42)	-
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	315	195
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	178	319
(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	493	514
PLA de nível 1	25.754	25.729
PLA de nível 2	493	514
PLA de nível 3	73	126
PLA – soma de PLA nível 1 + PLA nível 2 + PLA nível 3	26.320	26.369
(-) Ajuste de excesso de PLA de nível 2 e PLA de Nível 3 (i)	-	-
PLA (total) aceito para cobertura do CMR-soma de (i) e (ii)	26.320	26.369
Capital Mínimo Requerido (CMR)		
a) Capital base	0	0
b) Capital de risco (CR)	4.383	4.134
(+)Capital adicional de risco de subscrição	1.222	1.437
(+)Capital adicional de risco de crédito	1.702	1.586
(+)Capital adicional de risco operacional	16	16
(+)Capital adicional de risco de mercado	2.893	2.511
(-)Benefício da correlação entre os capitais	(1.450)	(1.416)
Capital mínimo requerido (o maior entre a e b)	4.383	4.134
CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	4.383	4.134
Suficiência de cobertura do CMR em relação ao PLA	21.937	22.235

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	-	2
Depósitos bancários à vista	420	205
Equivalente de caixa (i)	<u>19.385</u>	<u>18.154</u>
	<u>19.805</u>	<u>18.361</u>

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimentos, com liquidez diária. Fundo de investimento Itaú Corp. Plus RF DI, com carteira composta principalmente em Títulos públicos.

6 Ativos financeiros

(a) Mensurados a valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação são os seguintes:

	2022		2021	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Quotas de fundos de investimento (i)				
LFS PRE ELEG NIVEL II	919	919	0	0
ITAU RESTEC TP RF	1.789	1.789	3.560	3.560
XP RESERVA				
TECNICA FI RF	<u>8.881</u>	<u>8.881</u>	<u>8.085</u>	<u>8.085</u>
Total das quotas de fundos	<u>11.589</u>	<u>11.589</u>	<u>11.645</u>	<u>11.645</u>
Total de aplicações	<u>11.589</u>	<u>11.589</u>	<u>11.645</u>	<u>11.645</u>
Circulante	11.589	11.589	11.645	11.645
Não circulante	0	0	0	0
Total de aplicações	<u>11.589</u>	<u>11.589</u>	<u>11.645</u>	<u>11.645</u>

(i) Quotas de Fundos de Investimento

Fundos de investimento cujo valor de mercado é atualizado diariamente pelo valor da quota divulgado por suas respectivas administradoras com expectativa de remuneração de 100% do CDI.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda:

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos disponíveis para venda são os seguintes:

	2022		2021	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
ANGA TOTAL				
RETURN FIM CP	-	-	1.022	1.022
ANGA PORTFOLIO FIM			5.614	5.614
PRASS FIDC II (*)	<u>1.838</u>	<u>1.838</u>	<u>2.029</u>	<u>2.029</u>
Total de títulos disponíveis para venda Circulante	<u>1.838</u>	<u>1.838</u>	<u>8.665</u>	<u>8.665</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2022, os saldos referem-se a 407,25 cotas emitidas pelo FIDC PRASS FIDC II.

(c) Abertura da carteira por prazo de vencimento:

	2022	2021
Quotas de fundos de investimento		
Sem vencimento	<u>11.589</u>	<u>11.645</u>
	<u>11.589</u>	<u>11.645</u>

De acordo com normatização da SUSEP, os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.

A Entidade não utiliza em suas operações instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo.

(d) Estimativa de valor justo/

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

A Entidade classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

• (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

• (Nível 2) inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

• (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A Entidade possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Entidade mensurados a valor justo:

	2022	
--	------	--